

Para maioria, a taxa não é de 4%

MARCILIO MARQUES MOREIRA, Vice-Presidente do Unibanco — O pagamento de taxa de risco (spreads) de quatro por cento acima da Libor (taxa interbancária no mercado do eurodólar) foi considerado um "exagero" ontem pelo Vice-Presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira.

Marques Moreira afirmou que isto só pode ter acontecido como um fato isolado, no período entre 1982 e 1983, quando a situação cambial do País era crítica. Normalmente, explicou, o spread é de dois por cento acima da Libor ou 2,25 por cento, no máximo.

Na opinião de Marcílio a tendência agora é de que a taxa de risco diminua devido à melhor posição de reservas, ao desempenho na balança comercial, e também às condições mais satisfatórias já alcançadas pelo México nas últimas negociações com os banqueiros internacionais.

PRATINI DE MORAES, Deputado, Vice-Presidente da Comissão de Economia da Câmara — O Deputado Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PDS-RS), Vice-Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados e Presidente do Conselho de Administração do grupo Pelxoto de Castro, espera que após a renegociação da dívida externa, o spread (taxa de risco) cobrado ao Brasil caia, como ocorreu com o México.

— Pelo que sei, o diferencial atualmente cobrado ao Brasil é de 2,5 por cento e, se chega a quatro por cento, não é do meu conhecimento. O que me preocupa mais é o valor total pago nos empréstimos, incluindo juros e spread, que já está em 16 por cento ao ano e representa um sacrifício muito grande para a sociedade brasileira. Acredito que, se o Presidente Reagan for reeleito, serão adotadas medidas para conter o déficit fiscal americano, que é uma das principais razões da existência de altas taxas de juros no mercado internacional.

CARLOS BRANDÃO — Presidente da

Andima — O Presidente da Associação Nacional das Empresas do Mercado Aberto (Andima) afirmou que se a política econômica brasileira der bons resultados na área interna, o spread deverá cair um ou 1,5 ponto percentual.

— Pessoalmente, não acredito que estas taxas sejam superiores a 2,5 pontos percentuais. Em um outro empréstimo excepcional um banco estrangeiro pode cobrar quatro por cento de diferencial ao Brasil. Quanto à existência do spread, considero que, de certo modo, se justifica, pois o País tem a maior dívida externa do mundo e, ao fazer os contratos, os banqueiros não podem se esquecer disso. Como as reservas em dólares do Brasil já se aproximam de US\$ 7 bilhões, a tendência é de pagarmos spreads menores. **RONALDO COSTA COUTO**, Secretário de Planejamento de Minas Gerais, não entra no mérito do exato percentual cobrado como "taxa de risco" pelos bancos internacionais. Opina, no entanto, que os países ricos têm pleno conhecimento das riquezas e da potencialidade do Brasil e nunca poderiam impor ao País taxas altas. Para ele, esse spread não é fixado com base no real risco do Brasil, mas imposto pelos banqueiros, que visam ao lucro financeiro, sem preocupações mais amplas com a situação dos países endividados. Afirmar Costa Couto que a resposta às imposições dos países ricos terá de ser adotada politicamente e não mais no meio técnico. **ROBERTO MACEDO**, economista, acha que há uma exagero na informação de que o Brasil pega um diferencial de risco de quatro por cento ao tomar empréstimos. Afirmar que o máximo de que tem conhecimento é um spread de três por cento acima das taxas de mercado, devido ao "risco político" no Brasil. Destaca que a comissão de abertura de outros encargos do contrato não chegam a representar ônus maior que meio por cento. "Acho difícil que o Brasil esteja pagando juros globais de 16 por cento para os banqueiros internacionais. Se o Banco Central por acaso confirmar essa taxa, será um autêntico absurdo", acrescenta Roberto Macedo.